



FÁBRICA CARIOCA DE CATALISADORES S/A

CNPJ 28.944.734/0001-48



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2024

A Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. (FCC S.A.), única indústria que produz catalisadores e aditivos no Hemisfério Sul alcança, em fevereiro de 2025, um marco histórico ao atingir a produção acumulada de 1 milhão de toneladas de catalisadores e aditivos. Esse fato reforça o compromisso da empresa com a excelência, inovação e sustentabilidade no setor de refino de petróleo. Em março de 2025 a FCC S.A. completa 40 anos e tem sido referência no desenvolvimento de tecnologias avançadas para otimizar o desempenho das refinarias, contribuindo para a eficiência da indústria e a redução de impactos ambientais. *Principais fatos que marcaram o cenário nacional.* O ano de 2024 foi marcado por grandes eventos macroeconômicos que moldaram as perspectivas para 2025. Desde a volatilidade nos mercados globais até mudanças políticas e impactos climáticos. O cenário econômico mundial apresentou desafios significativos. No Brasil, o recorde do dólar, a inflação persistente e uma política fiscal controversa, foram os principais destaques. O câmbio foi um dos protagonistas de 2024, com o dólar superando R\$/US\$ 6 pela primeira vez na história, atingindo R\$/US\$ 6,19. Esse movimento trouxe desafios para ativos atrelados ao real, reduzindo sua rentabilidade. Por outro lado, empresas exportadoras e setores dolarizados se beneficiaram, com destaque positivo em um ano difícil para a bolsa de valores. A política fiscal brasileira em 2024 foi marcada pelo anúncio de um pacote de medidas que acabou sendo insuficiente para conter o déficit público. Apesar da aprovação da maioria das propostas de ajuste fiscal, o corte de gastos, estimado em R\$ 69,8 bilhões para 2025 e 2026, planejado ainda é considerado modesto diante da meta ambiciosa de zerar o déficit público a partir de 2025. O mercado continua cético quanto à efetividade das medidas. Além disso, o governo ainda precisa aprovar o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025, que inclui estimativas de arrecadação consideradas incertas. Em resumo, o cenário fiscal de 2024 encerra-se com muitas incertezas, e a abordagem adotada pelo governo gerou desconfiância no mercado, agravando o quadro fiscal do país. O Comitê de Política Monetária (Copom) encerrou o ano de 2024 elevando a taxa Selic para 12,25%, com a perspectiva da taxa continuar subindo nas próximas reuniões. De acordo com o último boletim Focus, divulgado em 23 de dezembro, a projeção é que a Selic alcance 14,75% ao ano em 2025, enquanto o IPCA deve ficar em 4,84%. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principal indicador da inflação no Brasil, encerrou 2024 com alta acumulada de 4,83%. Este resultado supera o registrado no ano anterior e ultrapassa o teto da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de até 4,5%. *Principais fatos que marcaram o cenário internacional.* Para 2025, o cenário internacional será marcado pelo processo desinflationário nos EUA e na Zona do Euro. Nos EUA, com a eleição de Donald Trump, as políticas protecionistas, cortes de impostos e redução da força de trabalho imigrante podem manter os juros elevados, enquanto medidas para reduzir gastos públicos e aumentar a produção de petróleo devem fortalecer o dólar. Na Zona do Euro, a atividade econômica segue fraca, com baixos PMIs e queda na confiança dos investidores, especialmente na Alemanha. Enquanto isso, a guerra na Ucrânia escalou em intensidade, elevando as tensões geopolíticas e gerando impactos econômicos e comerciais em todo o mundo. O aumento dos conflitos agravou a volatilidade nos mercados de energia e alimentos, ampliando as incertezas sobre a estabilidade global e mantendo os preços elevados nesses setores críticos. O impacto conjunto desses eventos reforça um ambiente de desafios econômicos para 2025, tanto em termos de crescimento quanto de estabilidade nos mercados internacionais. Na China, o crescimento econômico mostrou sinais de desaceleração, mesmo com os esforços do Banco Popular da China (PBoC) para estimular a economia por meio de cortes nas taxas de juros e medidas de liquidez. O setor imobiliário, crucial para o país, continua enfrentando desafios, com grandes incorporadoras lidando com dívidas elevadas e investidores externos demonstrando cautela diante do cenário. *Alguns fatos marcaram o ano de 2024 da FCCSA, dentre eles podemos destacar:* Realizamos 15 dias de parada no mês de julho para manutenção de nosso parque fabril e regulação dos estoques. Em 2024 pagamos dividendos aos nossos acionistas no valor de R\$ 76 milhões referente ao saldo da reserva de dividendo adicional proposto do ano de 2023. Durante o ano de 2024 focamos em campanhas de saúde e segurança no trabalho com nossos colaboradores e terceiros, demonstrando que segurança é mais do que alcançar uma meta, é Valor e respeito a Vida. Tivemos a semana de compliance com treinamentos sobre o tema que foram oferecidos para alta liderança. Ações de voluntariado estiveram em ação durante o ano de 2024, onde consolidamos o programa "corrente do bem" com a ajuda a creches e escolas da localidade. O patrocínio a projetos sociais, via lei de incentivo fiscal destina recursos, por meio do edital público "Catalisar", a projetos que contribuem para o desenvolvimento das comunidades em situação de vulnerabilidade. Com isso, reforça a marca e estreita o relacionamento com a sociedade. São priorizados projetos com base no fomento a mudanças sociais e de continuidade, ações educacionais, capacitação ou de geração de renda e conscientização ambiental. A FCC S.A. manteve foco em segurança, saúde, meio-ambiente tendo como Missão o fornecimento de catalisadores, aditivos e soluções para as indústrias de petróleo e química de forma rentável e com a Visão de ser uma empresa reconhecida como de alta tecnologia, líder nos mercados onde atua, de forma ética, rentável, competitiva, ambientalmente correta e socialmente responsável. Superamos as metas de qualidade com o atendimento a todas as especificações dos nossos produtos, bem como completamos quinze anos de efluentes líquidos especificados a 100%, o que demonstra nossa responsabilidade com o meio ambiente, bem como, com nossos clientes. A receita líquida do ano de 2024 fechou em R\$ 645 milhões, 1% maior que no ano anterior. A produção total de catalisadores e aditivos fechou o ano de 2024 em 30.942 tbs. Ações de pesquisa e desenvolvimento seguem na linha da criação de aditivos e reformulações de catalisadores buscando aumentar a performance das refinarias e/ou atender requisitos legais. O lucro líquido foi de R\$ 112 milhões, contra R\$ 103 milhões em 2023, um acréscimo de 9%, impulsionado principalmente por recuperações tributárias e redução de custos. Geramos uma Ebitda de 201 milhões em 2024 e 170 milhões em 2023. Possuímos um contrato de longo prazo com a Petrobras para fornecimento de catalisadores e aditivos durante o prazo de 10 anos, assinado em 2015 e que já se encontra em fase de negociação avançada para novo período de fornecimento de longo prazo, o que permite a FCC S/A planejar seus negócios e investimentos a médio e longo prazo. Na mesma linha, iniciamos o fornecimento de catalisadores e aditivos para Refinaria Mataripe S.A. com contrato até o ano de 2027 e embarques para a Ketjen, cuja demanda se estenderá para o ano de 2025. Com a Refinaria de Talara no Peru, temos contrato de fornecimento previsto para até o ano de 2026. Renovamos os contratos de fornecimento com os refinadores Ancap no Uruguai até o ano de 2025 e Raizen na Argentina até o ano de 2026. O presente Relatório da Administração, relativo ao ano de 2024, cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76, sendo publicado conjuntamente com as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Este relatório reflete a realidade da Sociedade e as informações nele contidas são de inteira responsabilidade de seus administradores. **Aos Administradores da FCC S.A.**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	49.554	57.774	Fornecedores	13	17.902	18.688
Contas a receber	5	93.967	83.470	Empréstimos e financiamentos	14	73.430	40.829
Estoques	6	132.868	112.767	Férias, salários e encargos sociais		15.914	13.535
Impostos a recuperar	7(a)	16.744	27.513	Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recolher	7(b)	9.567	461
Outros ativos circulantes	8	35.107	9.768	Dividendos propostos a pagar	21(c)	28.110	-
		328.240	291.292	Obrigações com custos industriais	18(a)	7.228	10.177
Não circulante				Contas a pagar de materiais e serviços	19	11.277	16.712
Depósitos judiciais	16	1.602	2.005	Passivo de arrendamento	20(a)	22.363	2.450
Créditos precatórios	15	8.371	10.784	Outros passivos circulantes	18(b)	1.082	3.836
Impostos a recuperar	7(a)	1.208	40.712			186.873	106.688
Direito de uso	9	60.679	4.251	Não circulante			
Imobilizado	10	169.962	145.366	Empréstimos e financiamentos	14	48.291	94.132
Intangível	11	1.295	1.891	Provisão para processos judiciais	16	1.926	2.442
		243.117	205.009	Impostos diferidos	7(c)	4.694	9.091
Total do ativo		571.357	496.301	Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recolher	7(b)	2.605	2.349
				Passivo de arrendamento	20(b)	379.18	864
						95.434	108.878
				Patrimônio líquido	21		
				Capital social	21(a)	145.000	145.000
				Reserva legal	21(b)	29.000	29.000
				Reserva de dividendo futuro	21(e)	13.550	-
				Reserva de reinvestimentos	21(d)	101.500	30.719
				Reserva para dividendo adicional proposto	21(c)	-	76.016
						289.050	280.735
				Total do passivo e patrimônio líquido		571.357	496.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de dividendos futuros	Reserva de reinvestimentos		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		145.000	29.000	-	30.719	61.264	265.983
Pagamento de dividendo adicional proposto de exercícios anteriores		-	-	-	-	(61.264)	(61.264)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	103.094	103.094
Destinações:							
Dividendo antecipado		-	-	-	-	(27.078)	(27.078)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	76.016	76.016
Saldos em 31 de dezembro de 2023		145.000	29.000	-	30.719	76.016	280.735
Pagamento de dividendo adicional proposto de exercícios anteriores		-	-	-	-	(76.016)	(76.016)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	112.441	112.441
Destinações:							
Reserva de dividendo futuro		-	-	13.550	-	(13.550)	-
Reserva de reinvestimentos		-	-	-	70.781	(70.781)	-
Dividendo proposto		-	-	-	-	(28.110)	(28.110)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		145.000	29.000	13.550	101.500	-	289.050

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. Contexto operacional: A Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. ("Sociedade") é uma Sociedade Anônima de capital fechado, cujo objetivo é desenvolver, produzir, comercializar, importar e exportar catalisadores e produtos afins. O parque industrial, localizado no Distrito Industrial de Santa Cruz, no Estado do Rio de Janeiro, possui capacidade para atender a demanda nacional e a do mercado externo de sua influência. Conforme detalhado na nota explicativa nº 12, a Sociedade realiza a maioria de suas transações relevantes com uma de suas acionistas, a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sendo seu plano de negócios significativamente influenciado por conta das referidas operações. Portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto. A Sociedade também possui participação da Ketjen Brazil Holdings Ltda, formando um empreendimento controlado em conjunto entre ambos os acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 houve redução nas vendas para a Ketjen Corporation se comparadas com o ano de 2023. A composição acionária encontra-se descrita na nota explicativa nº 20. **2. Políticas Contábeis:** a) Declaração de conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de fevereiro de 2025. b) Base de mensuração. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. c) Moeda funcional e de apresentação. Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisados ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: i) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos. A Sociedade está sujeita ao imposto sobre a renda. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Sociedade também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. As políticas encontram-se mais detalhadas na nota explicativa nº 3(k). ii) Benefícios de planos de pensão. O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Socie-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	22	644.670	639.825
Custo dos produtos vendidos	23	(403.368)	(432.115)
Lucro bruto		241.302	207.710
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	23	(100.604)	(89.149)
Outras (despesas) receitas, líquidas	24	11.816	9.535
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquida e impostos		152.514	128.096
Despesas financeiras	25	(12.953)	(16.700)
Receitas financeiras	25	11.904	11.529
Variações monetárias, líquidas	25	12.603	(1.733)
Resultado financeiro, líquido		11.554	(6.904)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		164.068	121.192
Imposto de renda e contribuição social	7(d)	(57.033)	(18.457)
Corrente		5.406	359
Diferido		112.441	103.094
Lucro líquido do exercício		224	205
Lucro líquido do exercício por lote de mil ações - Básico e diluído em R\$		224	205

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	112.441	103.094
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	112.441	103.094

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		112.441	103.094
Ajustes			
Provisão para crédito e liquidação duvidosa	5	(7)	323
Depreciação e amortização	10 e 11	18.813	15.126
Amortização de direito de uso	9	18.123	16.976
Provisão de imposto de renda e da contribuição social corrente		57.033	18.457
Provisão para processos judiciais		(530)	448
Provisão para ativos imobilizados e intangíveis		(85)	95
Impostos diferidos		(5.406)	(359)
Obrigações com custos industriais		(2.934)	4.639
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizadas e outras		26.116	12.807
Resultado líquido das atividades operacionais		223.564	171.606

(Aumento) redução em ativos

Contas a receber de clientes	(21.514)	(10.317)
Estoques	(20.101)	(64)
Impostos a recuperar	44.969	21.374
Depósitos judiciais e outros	2.758	(5.667)
Outros ativos circulantes	(25.339)	(5.286)
	(19.227)	40

Aumento (redução) em passivos

Fornecedores	(313)	(4.866)
Provisão para férias, salários e encargos sociais	2.378	5.378
Impostos e contribuições a recolher	649	11.261
Contas a pagar de materiais, serviços e outros passivos circulantes	(8.191)	(11.085)
	(5.477)	688

Caixa líquido proveniente das operações

Imposto de renda e contribuição social pagos	(47.311)	(27.174)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	151.549	145.160

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

Receita na venda de ativo imobilizado		85	-
Aumento do imobilizado, intangível e direito de uso	9, 10 e 11	(38.578)	(33.913)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(38.493)	(33.913)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Pagamento de dividendos	21c	(76.016)	(108.763)
Empréstimos tomados		109.967	206.791
Pagamento de empréstimos e juros		(138.385)	(143.014)
Amortizações de arrendamento	20	(21.818)	(26.008)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(126.252)	(70.994)

Redução do caixa e equivalentes de caixa no exercício

Redução do caixa e equivalentes de caixa no exercício	(13.196)	40.253
--	-----------------	---------------

Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	57.774	18.958
Efeito da variação cambial do caixa e equivalentes de caixa	(4.976)	1.437
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	49.554	5.774

Redução do caixa e equivalentes de caixa no exercício

Redução do caixa e equivalentes de caixa no exercício	(13.196)	40.253
--	-----------------	---------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48: **Classificação e Mensuração - CPC 48:** Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado. Ativos financeiros mensurados a VJR - Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Instrumentos de dívida ao VJORA - Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. Instrumentos patrimoniais ao VJORA - Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **Avaliação do modelo de negócio.** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado



esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. b) **Passivos financeiros.** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2024, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. **Reconhecimento inicial e mensuração** - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **Mensuração subsequente** - a mensuração de passivos financeiros é como segue: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado** - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraiados, sujeitos a juros. **Desreconhecimento:** um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros.** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Caixa e equivalentes de caixa.** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **Capital social.** Todo o capital social é representado por ações ordinárias as quais são classificadas no patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo. Já os dividendos adicionais propostos são reconhecidos no patrimônio líquido e distribuídos aos sócios mediante aprovação formal requerida pelos instrumentos legais da Sociedade. Mais detalhes estão evidenciados na nota explicativa nº 20. c) **Imobilizado.** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A planta industrial é destinada ao processamento de produtos químicos, altamente agressivos, o que requer uma manutenção permanente e planejada, cujo custo vai diretamente ao resultado do exercício ou é ativado quando aumenta a vida útil e econômica dos bens. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais. Terrenos e obras em andamento não são depreciados, edifícios são depreciados em 25 anos, máquinas, equipamentos e instalações são depreciados entre 5 e 10 anos e outros imobilizados são depreciados entre 5 e 10 anos. O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. A sociedade efetuou o teste de *impairment* em parte de seu ativo, mais precisamente à linha de transmissão 138 Kv, para ajuste do ativo em face ao valor justo e reconheceu os referidos efeitos nessas demonstrações financeiras, conforme evidenciado na nota explicativa nº 10. Para os demais ativos, a Administração procedeu com a revisão da vida útil dos ativos e das premissas requeridas no IAS 36 e nenhum indicador interno ou externo foi identificado. d) **Intangível.** Referem-se principalmente a software, adquirido de terceiros, cuja amortização é calculada pelo método linear em 5 anos. O valor recuperável do ativo intangível é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. e) **Estoques.** Os estoques são registrados com base no custo de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os estoques estão valorizados pelo custo médio e os valores contabilizados não excedem o valor realizável líquido, que é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas com vendas. A provisão para obsolescência ou realização é constituída, se necessário, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos seus estoques. f) **Redução a valor recuperável ("Impairment").** i) **Ativos financeiros.** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. ii) **Ativos não financeiros.** O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). g) **Benefícios a empregados. Planos de contribuição definida.** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a patrocinadora paga contribuições definidas para uma Sociedade multipatrocinada (Fundo de Pensão) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. h) **Provisões.** Uma provisão deve ser reconhecida quando: (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios CPC 25 6 econômicos para liquidar a obrigação; e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. i) **Receita.** O CPC 47, estabelece um conjunto de medidas e tratamentos a serem aplicados no reconhecimento de receita decorrente de contratos com clientes. De acordo com o pronunciamiento, a entidade deve reconhecer a receita quando (ou na proporção que) satisfazer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente. Portanto, com a nova norma, a contabilização da receita passa a ser inteiramente dependente do conceito de obrigação de desempenho. Os cinco passos para o reconhecimento da receita são: Etapa 1 - Identificar o(s) contrato(s) com o cliente; Etapa 2 - Identificar as obrigações de desempenho; Etapa 3 - Determinar o preço da transação, por obrigação de desempenho; Etapa 4 - Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; Etapa 5 - Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho. j) **Receitas e despesas financeiras.** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, que são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. k) **Imposto de renda e contribuição social.** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma Sociedade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. l) **Resultado por ação.** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas e a média ponderada das ações em circulação no respectivo período. m) **Contas a receber.** Referem-se a valores a receber de clientes e estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A perda de crédito esperada é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes. A exposição da Sociedade a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas a "Contas a receber de clientes" está divulgada na nota explicativa 16 (a). n) **CPC 06 - Leases (arrendamentos).** No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Sociedade aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Sociedade reconhece um

ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade. Geralmente, a Sociedade usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de financiamento com terceiros. o) **Fluxo de Caixa.** A Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa os juros pagos como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros. p) **Outras normas.** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade: CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). CPC 27: Ativo Imobilizado. Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo. CPC 32: Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

	31/12/2024	31/12/2023
4. Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e depósitos à vista.....	16.715	6.259
Aplicações financeiras.....	32.839	51.515
	49.554	57.774

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancários (CDB) com opção de recompra a qualquer instante, operações compromissadas em debêntures, remuneradas a taxas que variam entre 975% e 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2024 e 2023. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Sociedade possuía depósitos bancários no exterior no valor de R\$ 16.374 e R\$ 6.168, respectivamente.

	31/12/2024	31/12/2023
5. Contas a receber		
No país - partes relacionadas (Nota 12).....	42.976	44.606
No exterior - partes relacionadas (Nota 12).....	2.878	8.999
No exterior - terceiros.....	21.112	12.036
No país - terceiros.....	27.733	18.569
Total do contas a receber bruto.....	94.699	84.210
Perda de crédito esperada.....	(732)	(740)
Total do contas a receber líquido.....	93.967	83.470

O saldo de contas a receber de clientes, segregado por prazo de vencimento encontra-se demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer.....	32.328	43.167
Vencidas:		
De 01 a 30 dias.....	38.789	33.786
De 31 a 90 dias.....	13.959	5.852
De 91 a 180 dias.....	5.323	665
Acima de 180 dias.....	4.300	740
Total.....	94.699	84.210
Prazo médio de recebimento.....	44	39

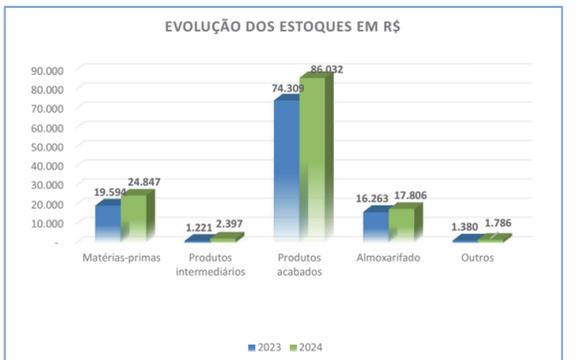


Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade baixou do contas a receber o valor de R\$ 7 referente aos títulos para perdas de crédito esperada. A movimentação do saldo da provisão em 2024 e 2023 é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Perda de crédito esperada		
Saldo em 31 de dezembro de 2022.....	417	628
Adições.....	628	(305)
Baixas.....	(740)	740
Saldo em 31 de dezembro de 2023.....	740	740
Adições.....	—	—
Baixas.....	(7)	733
Saldo em 31 de dezembro de 2024.....	733	733

	31/12/2024	31/12/2023
6. Estoques		
Matérias-primas (i).....	24.847	19.594
Produtos intermediários.....	2.397	1.221
Produtos acabados (ii).....	86.032	74.309
Almoxarifado de partes.....	17.806	16.263
Outros.....	1.786	1.380
	132.868	112.767

(i) O saldo em 31 de dezembro de 2024 encontra-se líquido da provisão para perda no valor total de R\$705 (R\$738 em 31 de dezembro de 2023), constituída após testes em laboratório constataram que parte dos estoques de matérias primas encontravam-se inservíveis para utilização. O saldo em 31 de dezembro de 2024 de insumos de terceiros em nosso poder é de R\$ 1.956 (R\$ 3.125 em 2023). (ii) O saldo em 31 de dezembro de 2024 de produtos acabados em poder de terceiros é de R\$ 6.149 (R\$ 4.693 em 2023).



	31/12/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS (i).....	914	1.208	2.658	1.443
PIS e COFINS (ii).....	15.409	—	20.094	39.269
IPI.....	421	—	36	—
Contribuição social.....	—	—	3.402	—
Imposto de renda.....	—	—	1.323	—
Total.....	16.744	1.208	27.513	40.712

	Terrenos e edifícios	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis, utensílios, veículos	Obras em andamento	Outros (iii)	Total
Custo						
Saldos em 31 de dezembro de 2022.....	50.973	317.940	33.675	46.197	378	449.163
Adições (i).....	—	—	—	42.754	770	43.524
Juros Capitalizados CPC20.....	—	—	—	992	—	992
Baixas (ii).....	(5.081)	(7.898)	(917)	(2.697)	(48)	(16.641)
Transferências para em serviço.....	3.491	27.344	465	(31.300)	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2023.....	49.383	337.386	33.223	55.946	1.100	477.038
Adições (i).....	—	—	—	39.156	212	39.368
Juros Capitalizados CPC20.....	—	—	—	3.845	—	3.845
Baixas (ii).....	—	(48.587)	(110)	(92)	(308)	(49.097)
Transferências para em serviço.....	4.177	12.796	—	(16.973)	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024.....	53.560	301.595	33.113	81.882	1.004	471.154
Depreciação						
Saldos em 31 de dezembro de 2022.....	(22.090)	(285.209)	(23.625)	—	—	(330.924)
Depreciação do exercício.....	(1.684)	(10.512)	(2.354)	—	—	(14.550)
Baixas.....	5.081	7.804	—	—	917	13.802
Saldos em 31 de dezembro de 2023.....	(18.693)	(287.917)	(25.979)	—	917	(331.672)
Depreciação do exercício.....	(1.826)	(14.334)	(2.057)	—	—	(18.217)
Baixas.....	—	48.587	110	—	—	48.697
Saldos em 31 de dezembro de 2024.....	(20.519)	(253.664)	(27.926)	—	917	(301.192)
Valor residual contábil						
Em 31 de dezembro de 2023.....	30.690	49.469	7.244	55.946	2.017	145.366
Em 31 de dezembro de 2024.....	33.041	47.931	5.187	81.882	1.921	169.962

(i) As adições se referem as aquisições por a imobilizado em formação, que depois de finalizadas sua construção é transferida para suas contas definitivas de acordo com sua natureza (máquinas, veículos, móveis e utensílios, etc.) (ii) As baixas são ativos que se encontram inservíveis para uso e, no caso de alienação são vendas de ativos. No caso de obras em andamento os valores se referem a materiais/equipamentos devolvidos. (iii) Os valores se referem adiantamento de imobilizado, compra de entrega futura e requisições de materiais.

(i) Em 2024 a FCCSA atuou fortemente nas vendas para o mercado interno o que contribuiu na redução significativa do saldo credor de ICMS em R\$ 914 (R\$ 2.658 em 2023). (ii) No dia 13/05/2021, o Supremo Tribunal Federal decidiu de maneira favorável aos contribuintes a respeito da tese da Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, definindo que tal recuperação considerasse desde o dia 15/03/2017. Também ficou pacificado que as empresas que possuíam ações judiciais antes dessa data poderiam retroagir em 5 anos a partir da data da propositura da ação no levantamento dos créditos de PIS e COFINS. No dia 29/04/2021, a FCCSA obteve o trânsito em julgado da ação iniciada em abril de 2008 e desta forma a Sociedade retroagiu sua recuperação fiscal de abril de 2003 até maio de 2021, com o cálculo do crédito apurado sobre o valor destacado nas notas fiscais, totalizando a quantia de R\$88.100 em créditos de PIS e COFINS atualizados monetariamente. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$11.732 (R\$39.269 em 2023). A Sociedade solicitou a homologação de tais créditos junto à Receita Federal em 07/07/2021, sendo o pedido de habilitação do crédito homologado pela Receita Federal no dia 18/08/2021. Em 2024 foram consumidos em créditos com compensações fiscais o valor de R\$ 29.999 (R\$ 22.446 em 2023) e a expectativa para os anos de 2025 e 2026 é que todo o saldo remanescente seja 100% compensado. Adicionalmente, em 22/09/2021 foi impetrado Mandado de Segurança visando garantir que a FCCSA realize o diferimento da tributação dos valores devidos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS incidentes sobre a atualização monetária dos débitos tributários. Em 26/11/2021 foi deferida a medida liminar para determinar a suspensão da exigibilidade do IRPJ, CSLL e do PIS/COFINS calculados a partir do trânsito em julgado de decisões ilíquidas proferidas em Mandado de Segurança que reconheçam o direito à recuperação e compensação de débitos tributários na via administrativa, até a homologação dos pedidos de compensação. Em 2021, o juiz encarregado pelo processo da Sociedade, após manifestação da Receita Federal, deferiu o pedido de antecipação da tutela recursal da Impetrante/Apelante para autorizar a exclusão dos valores da taxa SELIC (juros de mora e correção monetária) incidentes nos créditos tributários federais a serem recuperados (débitos tributários) da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, como requerido e em linha com a decisão do STF. Desta forma, a Sociedade procedeu com a referida exclusão fiscal no valor de R\$35.880 em 31 de dezembro de 2021. Em 2024 e 2023, a Sociedade, após realização do seu planejamento tributário junto a seus assessores e especialistas e com vistas ao escoamento mais célere dos créditos de PIS e COFINS, alterou o seu regime fiscal de tributação, passando do lucro real anual para o lucro real trimestral.

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante		
Imposto de renda.....	6.227	—
Contribuição social.....	1.707	—
ICMS.....	932	—
Outros impostos e contribuições a recolher.....	701	461
	9.567	461
Passivo não circulante		
PIS e COFINS.....	2.605	2.349

c) **Impostos diferidos.** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil, conforme abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social diferida		
Provisão de insumos e outras despesas - adição.....	124.625	78.326
Provisão para contingências e outros - adição.....	1.926	2.442
Lucros diferidos e outros - exclusão.....	(140.356)	(107.506)
Base de cálculo.....	(13.805)	(26.738)
Imposto de renda/contribuição social diferido ativo (passiva) - alíquota de 34%.....	(4.694)	(9.091)

Com o mandato de segurança que assegura a Sociedade em tributar o IR/CS do débito fiscal levantado de período pretérito somente no momento de homologadas as compensações, procedeu-se na exclusão desse débito no momento de seu reconhecimento na contabilidade no valor mencionado na Nota Explicativa nº 7 (b) e mensalmente é adicionado para fins fiscais o valor compensado efetivo. Com esse processo, foi provisionado e adicionado para efeitos fiscais o valor para honorários advocatícios com saldos de R\$ 1.082 (R\$ 3.836 em 2023). d) **Reconciliação da alíquota efetiva.** A reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social é como se segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	164.069	121.192
Alíquota nominal.....	34,0%	34,0%
	55.783	41.205

	31/12/2024	31/12/2023
Efeitos das diferenças permanentes:		
Incentivos fiscais à cultura e inovação tecnológica.....	(1.675)	(14.650)
Exclusão atualização monet. Proc. PIS /COFINS.....	(723)	(1.424)
Outras adições e exclusões permanentes,		
líquidas (i).....	(1.758)	(7.033)
Corrente.....	(57.033)	(18.457)
Diferido.....	5.406	359
Despesa de imposto de renda e contribuição social.....	(51.627)	(18.098)
Alíquota efetiva.....	31,5%	14,9%
Saldo de adições temporárias.....	96.228	83.356
Saldo de exclusões temporárias.....	(80.327)	(82.299)
	15.901	1.057

	31/12/2024	31/12/2023
--	------------	------------



Os projetos em andamento são destinados a renovação da planta, cujos custos de ativação irão incorrer a partir do exercício social de 2025. Dentre os projetos de maior valor e com perspectiva de encerramento para 2025 estão a troca iônica (R\$ 35.677) e o 138kv (R\$ 5.875). No ano de 2017, a linha de transmissão 138Kv foi submetido ao teste de *impairment*, de acordo com o CPC 01, por meio do método do valor justo menos despesas de venda e foi constituída a provisão para perdas por redução ao valor recuperável no valor de R\$1.162 e no ano de 2018, foi realizada a atualização do teste de *impairment* onde foi registrado um estorno parcial da provisão no valor de R\$217. No ano de 2019 foi complementada a provisão no valor de R\$13, no ano de 2020 tivemos o estorno parcial de R\$170 e no ano de 2021 tivemos o estorno total da provisão no valor de R\$788. Nos anos de 2024 e 2023 o valor de avaliação de mercado foi maior que o valor contábil, portanto, foi mantido o valor líquido do ativo de R\$2.334.

	Software
Saldo em 31 de dezembro de 2022.....	16.975
Alienações e baixas.....	(7)
Adições.....	627
Saldo em 31 de dezembro de 2023.....	17.595
Alienações e baixas.....	-
Adições.....	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024.....	17.595
Amortização	
Saldo em 31 de dezembro de 2022.....	(15.135)
Alienações e baixas.....	7
Amortização do exercício.....	(576)
Saldo em 31 de dezembro de 2023.....	(15.704)
Alienações e baixas.....	-
Amortização do exercício.....	(596)
Saldo em 31 de dezembro de 2024.....	(16.300)

Valor residual contábil
Em 31 de dezembro de 2023..... 1.891
Em 31 de dezembro de 2024..... 1.295

12. Transações entre partes relacionadas. a) As transações entre partes relacionadas são resumidas como se segue:

	Contas a rece-ber de clientes vendidos	Custo dos produtos	Contas a pagar de materiais	Despesas operacionais
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	42.650	239.728	393.515	14.721
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	326	377	694	-
Ketjen Corporation (i)	2.878	38.691	44.762	15.481
Ketjen Overseas Employment Corporation(i)	-	-	-	194
Total em 2024	45.854	278.796	438.971	30.396

Segue a relação dos empréstimos e sua movimentação:

Modalidade	Banco	R\$	Taxa	Data crédito	Vencimento	Saldo em 31/12/2024	Curto Prazo	Longo Prazo
NCE - BRL.....	Itaú	52.000	(113,91% do C.D.I.)	16/06/2023	22/05/2028	63.055	14.764	48.291
NCE - BRL.....	Santander	30.000	(113,55% do C.D.I.)	24/11/2023	24/11/2025	34.459	34.459	-
Risco Sacado.....	Santander	-	até 3% a.m.	01/12/2024	31/01/2025	4.550	4.550	-
Risco Sacado.....	BTG	-	até 1,091% a.m.	01/06/2024	01/06/2025	19.657	19.657	-
						121.721	73.430	48.291

Segue abaixo a movimentação dos empréstimos:

	Movimentação
Saldo em 1° de janeiro de 2023	60.346
Empréstimos contratados (captações)	119.219
Juros	11.621
Varição cambial	(783)
(-) Pagamento de principal	(59.059)
(-) Pagamentos de juros	(4.935)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	126.409
Saldo em 1° de janeiro de 2024	126.409
Empréstimos contratados (captações)	-
Juros	12.252
Varição cambial	2.926
(-) Pagamento de principal	(39.354)
(-) Pagamentos de juros	(4.719)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	97.514

Segue abaixo a movimentação de risco sacado:

	Movimentação
Saldo em 1° de janeiro de 2023	-
Valores Captados	85.409
Juros	2.232
(-) Pagamento de principal	(76.788)
(-) Pagamentos de juros	(2.301)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.552
Valores Captados	109.927
Juros	2.777
(-) Pagamento de principal	(94.312)
(-) Pagamentos de juros	(2.737)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	24.207

Tivemos durante o ano de 2024, operações denominadas risco sacado (forfait) junto a fornecedores, com taxas de juros e vencimentos diferenciados conforme a modalidade de contrato. O saldo em 2024 de operações com risco sacado foi de R\$ 24.207 (R\$ 8.552 em 2023). A Companhia, firmou contrato com bancos para estruturar com os seus fornecedores que quisessem e aceitassem a operação de risco sacado, assim conhecida no mercado. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas de mercadorias feitas a Companhia aos bancos, sem direito de regresso. Após a realização das operações a Companhia passa a ter os bancos como credores dos títulos cedidos pelos fornecedores com taxa de juros e vencimento diferenciados. Os títulos a pagar relacionados a essas operações são reclassificados das rubricas de fornecedores para a presente rubrica, onde permanecem até sua liquidação. O financiamento, classificado no passivo não circulante, têm seu vencimento assim programado:

	31/12/2024
2026	16.000
2027	16.000
2028	8.000
2029 a 2031	8.291
	48.291

15. Créditos precatórios. Os créditos precatórios decorrem de ação judicial movida pela Sociedade em 08/2017 para reduzir o valor do ICMS cobrado pelo Estado do Rio de Janeiro sobre a energia elétrica consumida pela Sociedade. O objetivo foi garantir que a alíquota do ICMS incidente sobre as faturas de energia da Sociedade (que variava entre 28% e 29%) não fosse superior à alíquota geral do ICMS prevista na legislação estadual, fixada em 18%. A ação judicial também buscou a restituição dos valores do ICMS cobrados a maior nas faturas de energia da Sociedade nos 5 (cinco) anos anteriores ao ajuizamento da ação (retroagindo a 08/2012), bem como os valores exigidos a maior no curso da ação judicial (até 07/2022). Em 26 de setembro de 2022, a Sociedade obteve decisão judicial final favorável para limitar a cobrança do ICMS exigido nas suas contas de energia à alíquota geral (18%); a decisão judicial também determinou a restituição dos valores do ICMS exigidos a maior da Sociedade no período compreendido entre 08/2012 e 07/2022. O Estado do Rio de Janeiro já reconheceu no processo judicial que é devido à Sociedade valor atualizado em 2024 de R\$ 20.927 (2023 de R\$ 19.607). Atualmente o processo se encontra aguardando decisão do juiz para determinar a expedição do precatório dos valores a serem restituídos à Sociedade. Como esses créditos precatórios possuem um forte deságio diante do mercado onde atuam, a Sociedade buscou com seus assessores jurídicos laudos técnicos que embasassem o cálculo desses precatórios ao valor justo, aplicando um deságio de 60% em 2024 (45% em 2023) resultando no valor de R\$ 12.556 em 2024 (R\$ 8.823 em 2023) conforme demonstrado a seguir:

	Saldo inicial em 01.01.2024
(+) Aquisições	-
(+) Atualizações monet.	1.321
(-) Atualiz. monet. deságio	(645)
(-) Deságio complem. 15%	(3.089)
(-) Baixas	-
Saldo final em 31.12.2024	8.371

16. Provisão para contingências, depósitos judiciais e outros. No curso normal das operações no Brasil, a Sociedade continua exposta a reivindicações legais locais. A política da Sociedade é de contestar rigorosamente tais reivindicações, muitas das quais aparentam ter pouco embasamento no mérito, e gerencia-las por meio de seus assessores legais terceirizados. A Sociedade reconhece provisão para contingência, quando da existe uma obrigação presente proveniente de eventos passados cuja liquidação resultará em saída de recursos relacionados aos benefícios econômicos. Os processos para os quais a Sociedade reconhece provisão para contingências são os de natureza trabalhista no valor de R\$ 1.926 (R\$2.442 em 2023) a movimentação é em virtude do surgimento de novas causas de ex-funcionários. Além disso, são reconhecidos depósitos judiciais para os questionamentos tributários e trabalhistas conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos judiciais - Tributários (i)	362	545
Depósitos judiciais - Trabalhistas	1.240	1.441
Outros	-	19
Total	1.602	2.005

(i) Em 2023, obtivemos êxito nos processos em que a Sociedade era questionada sobre a compensação de tributos referentes aos anos de 2012 e 2023. Com o encerramento das discussões, foi dado o ganho de causa à Sociedade e os depósitos judiciais realizados a época como garantia de causa, foram devolvidos. A abertura das causas possíveis por natureza é demonstrada a seguir:

Valor Causa	Dep. Judicial	
31/12/2024	31/12/2024	
31/12/2023	31/12/2023	
Contingências trabalhistas	2.041	1.293
Contingências tributárias	41.596	37.956
	43.637	39.249

Em 2024 tivemos o valor de R\$ 41.596 (R\$ 37.956 em 2023) em causas possíveis de natureza tributária. Esse aumento deu-se em virtude da maior probabilidade de questionamentos do fisco com relação aos processos que garantem a Sociedade pagar o IR/CS somente no momento da compensação (disponibilidade econômica). Os principais processos classificados como prováveis e possíveis estão descritos a seguir: • **Trabalhistas** - essas reclamações judiciais

	Contas a rece-ber de clientes vendidos	Custo dos produtos	Contas a pagar de materiais	Despesas operacionais
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	44.606	246.752	377.079	11
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	1.308	4.268	-
Albemarle Corporation	8.999	43.083	63.140	-
Albemarle Overseas Employment Corporation	-	-	-	238
Total em 2023	53.605	291.143	444.487	249

As transações com partes relacionadas são efetuadas de forma semelhante às que seriam aplicadas em transações com terceiros. As contas a receber e/ou a receita de vendas com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. e Petrobras Energia S.A. referem-se às operações de vendas de catalisadores e aditivos. Estes representam cerca de 62% do faturamento total da Sociedade em 2024 (59% em 2023). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 as vendas para o acionista Ketjen Corporation representaram 7% (10% em 2023) do montante do faturamento. (i) **Albemarle Corporation (NYSE: ALB)**, líder na indústria global de especialidades químicas, anunciou o lançamento oficial da marca **Ketjen**, no início do ano de 2024, sua subsidiária de propriedade integral que desenvolve soluções catalíticas específicas e avançadas para as indústrias de refino, petroquímica e de especialidades químicas. O contas a pagar de materiais e serviços e/ou os custos de produtos vendidos com as empresas ligadas do acionista Ketjen/Albemarle Corporation referem-se às operações de compra de beneficiamento e insumos secundários que auxiliam indiretamente na produção dos catalisadores e aditivos. b) **Remuneração do pessoal-chave da administração.** O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores, cuja remuneração paga ou pagar está demonstrada, a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios de curto prazo.....	2.287	2.405
Outros benefícios.....	-	175
	2.287	2.580

13. Fornecedores. Os saldos de fornecedores são compostos conforme abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais.....	13.900	18.445
Fornecedores exterior.....	4.002	243
	17.902	18.688

No ano de 2024 tivemos redução no saldo de fornecedores em comparação com o ano de 2023, em função da diminuição no volume de compras de insumos ocasionado pela parada na produção, para manutenção dos ativos da fábrica que ocorreu ao final do ano. **14. Empréstimos e financiamentos.** Em 2024 a Sociedade liquidou os empréstimos do Banco Santander R\$ 10.000 (taxa 111,00% do C.D.I.) na modalidade NCE, do Banco Itaú de R\$ 12.000 (taxa 109,93% do C.D.I.) também na modalidade NCE e da modalidade "ACC" do Banco Santander de USD 3.000 (taxa 6,49%a.a. mais variação cambial).

referem-se a reclamações de pagamento de insalubridade e horas extras, dentre outras. • **Tributário** - a Sociedade legítima contra o governo em relação à taxação considerada inadequada. Procedimento para a classificação dos passivos jurídicos como perda provável, possível ou remota pelos advogados externos: A Sociedade tem utilizado como critério de análise o valor estimado que está em risco e não o valor total envolvido em cada processo. Excepcionalmente, se houver conhecimento suficiente desde o início que há risco muito alto ou muito baixo de perda, o assessor legal pode classificar a reivindicação como perda provável ou perda remota. Ao classificar a ação com probabilidade de perda provável, o advogado estima o valor em risco para tal afirmação. **17. Instrumentos financeiros.** A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento per-

	2024	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
USD (valorização de 5%)	4.042	4.042
USD (valorização de 4%)	3.537	3.537
USD (desvalorização de 5%)	(4.042)	(4.042)
USD (desvalorização de 4%)	(3.537)	(3.537)

f) Mensuração dos instrumentos financeiros. Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, recebíveis, financiamentos e fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis. **18. Obrigações com custos industriais e outros passivos circulantes.** a) A Sociedade registra basicamente suas provisões com custos alfandegários de desembaraço no montante de R\$ 7.228 em 31 de dezembro de 2024 (R\$10.177 em 2023). b) Em 2024 temos saldo de R\$1.082 (R\$3.836 em 2023) a título de provisão para honorários advocatícios inerentes ao ganho da ação de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. **19. Contas a pagar de materiais e serviços.** A Sociedade registra basicamente fornecedores não associados diretamente com o processo de produção tanto para materiais quanto para serviços, conforme quadro abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Materiais	2.081	3.980
Serviços	9.165	12.706
Outros	31	26
	11.277	16.712

20. Passivo de arrendamento. Passivos de arrendamentos são passivos financeiros. No entanto, geralmente serão mensurados em conformidade com a CPC06 e não nos termos do CPC 48 instrumentos financeiros. Na data de início, o arrendatário deve mensurar o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados nessa data. Os pagamentos do arrendamento devem ser descontados, utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento, caso haja. Se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, o arrendatário deve utilizar a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário. Foram considerados aderentes ao CPC 06 os contratos de aluguel de computadores e impressoras, frota de veículos (carros de passeio, ônibus e caminhões), aluguel de espaço físico para armazenagem de produtos. A Sociedade determinou sua taxa incremental de desconto em 2024 de 13,85%a.a. (15,65%a.a. para 2023), a qual é revista anualmente, para cálculo do ajuste a valor presente sob as operações inerentes ao CPC06. Essa taxa foi calculada levando em consideração as características e natureza dos ativos e como se fôssemos ao mercado financeiro contrair um financiamento para adquirir um ativo similar em condições de uso.

	Curto prazo
Saldo em 1° de janeiro de 2023	10.836
Adições de contratos de arrendamento	12.540
Amortizações por pagamentos	(15.291)
Apropriação de Juros - AVP	(1.683)
Baixa por final de contrato	(6.818)
Baixa juros - AVP	2.866
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.450
Saldo em 1° de janeiro de 2024	2.450
Adições de contratos de arrendamento	30.499
Amortizações por pagamentos	(6.521)
Apropriação de Juros - AVP	(3.295)
Baixa por final de contrato	(1.446)
Baixa juros - AVP	676
Saldo em 31 de dezembro de 2024	22.363

	Longo prazo
Saldo em 1° de janeiro de 2023	3.065
Adições de contratos de arrendamento	1.629
Transferência para o curto prazo	(3.875)
Baixa por final de contrato	(24)
Apropriação de juros - AVP	(258)
Baixa juros - AVP	327
Saldo em 31 de dezembro de 2023	864
Saldo em 1° de janeiro de 2024	864
Adições de contratos de arrendamento	55.746
Transferência para o curto prazo	(13.851)
Baixa por final de contrato	-
Apropriação de juros - AVP	(6.706)
Baixa juros - AVP	1.865
Saldo em 31 de dezembro de 2024	37.918

21. Patrimônio líquido: a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social, subscrito e integralizado no valor de R\$ 145.000 é representado por 502.144.796 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dividido da seguinte forma:

	Valor da ação
Ketjen Brazil Holdings Ltda. (50%).....	251.072.398
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (50%).....	251.072.398
	502.144.796

b) **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Sociedade não constituiu reserva legal, visto já ter atingido o limite de 20% do capital social. O valor da reserva legal é de R\$29.000. c) **Dividendos:** Os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram calculados conforme se segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício.....	112.441	103.094
(-) Reserva legal.....	-	-
Base de cálculo.....	112.441	103.094
(-) Dividendos propostos pelo mínimo de 25%.....	(28.110)	-
(-) Pagamento de dividendo antecipado.....	-	(27.078)
Dividendo adicional proposto.....	-	70.016
Dividendo pago no ano (i).....	76.016	108.763

manente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Sociedade não possui instrumentos financeiros derivativos e também não efetua aplicações de caráter especulativo, seja derivativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Sociedade. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Sociedade, conforme categorias abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	A	49.554
Contas a receber de clientes	B	93.967
Passivos		
Fornecedores	A	17.902
		18.688

As operações da Sociedade estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Sociedade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Sociedade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*. **Exposição a riscos de crédito.** Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade. Todas as operações da Sociedade são realizadas com instituições financeiras de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. **Contas a receber e outros recebíveis.** A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. A administração acredita que o risco de créditos relacionado ao seu contas a receber é mínimo em função do histórico de sua carteira de clientes e está devidamente refletido na provisão de perdas de créditos esperada. **b) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de a Sociedade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Sociedade. Tipicamente, a Sociedade garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 30 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras. Isso exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. A tabela a seguir indica os períodos em que saldos com fornecedores serão liquidados. Veja também o quadro de maturidade dos empréstimos na Nota Explicativa nº13.

	Valor	2 meses ou menos	2 - 12 meses	1 - 2 anos
Fornecedores	17.902	17.902	-	-

c) Risco de taxas de juros. Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. **d) Risco de taxas de câmbio.** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Sociedade para a aquisição de insumos (contas a pagar de materiais de serviço e fornecedores) e a vendas de produtos (contas a receber e receita de vendas). Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Sociedade tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Sociedade avalia permanentemente essas oscilações, procurando negociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros. **e) Análise de sensibilidade.** Uma apreciação ou depreciação do dólar no saldo de empréstimos e contas a receber em moeda estrangeira teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado de acordo com os montantes mostrados abaixo. Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio de moeda estrangeira que a Sociedade considerou ser razoavelmente possível ao final do período de relatório. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes, como indicado abaixo, líquidas de efeito tributário:

	2023	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
USD (valorização de 16%)	3.278	3.278
USD (valorização de 14%)	2.868	2.868
USD (desvalorização de 16%)	(3.278)	(3.278)
USD (desvalorização de 14%)	(2.868)	(



FÁBRICA CARIOCA DE CATALISADORES S/A

CNPJ 28.944.734/0001-48



CRIANDO CONEXÕES

24. Outras (despesas) /receitas, líquidas:

	2024	2023
Receita na venda de imobilizado.....	86	-
Receita de aluguéis.....	908	876
Recuperação de despesas.....	660	554
Crédito Eletrobrás (i).....	11.288	-
Outras receitas.....	-	679
Resultado com precatórios (ii) (Nota 15).....	(3.089)	6.995
ICMS s/venda de imobilizado.....	(1)	-
Recuperação de tributos (iii).....	2.389	-
Perdas diversas.....	(212)	(947)
Valor residual na baixa de direito de uso (CPC06).....	(246)	1.473
Provisão p/perda de estoques.....	33	-
Baixa de imobilizado (Notas 10 e 11).....	-	(95)
	11.816	9.535

(i) Durante os anos de 1977 a 1993, as empresas foram legalmente obrigadas a contribuir através do pagamento da conta de energia com um empréstimo ao Governo com a finalidade de financiar o sistema elétrico nacional. Esse empréstimo seria devolvido corrigido monetariamente. A devolução desses empréstimos foi questionada na Justiça pois o índice de correção aplicado estava abaixo dos indicadores inflacionários oficiais. A FCCSA abriu uma causa judicial em 2004 e no ano de 2015 foi beneficiada com decisão favorável e começou a executar a cobrança na época do valor de R\$ 15.500. Esse valor, atualizado a 6%aa (taxa definida pela Justiça), importaria em R\$17.200, sendo essa taxa de atualização questionada pelo Governo Federal. No mês de março/2024, o próprio Governo, ofereceu um acordo à FCCSA no valor de R\$12.500 para encerrar o processo através de crédito em conta corrente a ser realizado de forma imediata. Caso não fosse aceito o acordo pela FCCSA haveria risco de que não seria feita uma nova oferta nessas condições, e então, os títulos do Governo seriam pagos com prazo de resgate em no mínimo 5 anos. A FCCSA aceitou o acordo e foi creditado no mês de junho/2024 em conta corrente, o valor líquido de R\$11.288 líquido de honorários advocatícios (R\$1.200) (ii) Em 2023, foi reconhecido no resultado o valor de R\$6.995 a título de créditos com precatórios líquidos em virtude do ganho de causa do processo junto ao Estado do RJ, que questionava as alíquotas de ICMS cobradas nas contas de energia elétrica. Em 2024, após avaliação pelo valor justo do

ativo, foi incrementado o percentual de perda em 15%, passando de 45% para 60% o que ocasionou um complemento no deságio na ordem de R\$ 3.089. (iii) Em 2024 foi realizado o trabalho com apoio de consultoria especializada em revisão de créditos tributários, sobre as operações da Cia. O levantamento foi direcionado a créditos de pis e cofins sobre os itens de equipamento de proteção individual, transporte de funcionários, produtos químicos e manutenção e reparo. **25. Resultado financeiro:**

	2024	2023
Despesas financeiras		
Despesas com juros (i).....	(10.737)	(13.783)
Despesas bancárias e outras.....	(2.216)	(2.917)
	(12.953)	(16.700)
Receita financeira		
Aplicações financeiras.....	3.734	1.090
Depósitos Judiciais/Impostos.....	62	339
Atualização monetária créditos de PIS e COFINS (ii).....	2.125	4.189
Outras (iii).....	5.983	5.911
	11.904	11.529
Variações monetárias, líquidas		
Caixa e equivalentes de caixa.....	4.976	(1.437)
Contas a receber.....	11.602	(2.015)
Fornecedores, contas a pagar.....	(472)	165
Empréstimos.....	(2.924)	1.557
Outras.....	(579)	(3)
	12.603	(1.733)
	11.554	(6.904)

(i) Fechamos 2024 com o valor de R\$10.737 (R\$13.783 em 2023) de despesa com juros. Essa despesa é composta de juros com empréstimos e financiamentos bancários, antecipação de recebíveis e juros com ajuste a valor presente. (ii) Em 2021, a Sociedade obteve trânsito em julgado do processo impetrado no ano de 2008 relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, cujo saldo encontra-se contabilizado na rubrica de impostos a recuperar conforme Nota Explicativa nº7 de R\$11.732 (R\$ 39.269 em 2023), sobre o qual foi aplicada correção monetária perfazendo o valor de R\$2.125 (R\$4.189 em 2023) contabilizado como receita financeira de variação monetária.

ria. (iii) No decorrer do ano de 2023, a Sociedade obteve ganho da ação judicial junto ao Estado do RJ, que questionava a alíquota de ICMS cobrada nas contas de energia elétrica. Com o êxito sobre o Estado, a Sociedade recebeu os créditos em forma de precatórios cuja correção monetária em 2024 foi de R\$ 676 (R\$3.789 em 2023). Tivemos a atualização monetária de créditos de IRPJ e CSLL em 2024 de R\$ 5.298 (R\$ 2.045 em 2023). **26. Cobertura de seguros:** A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para danos materiais e lucros cessantes para riscos de incêndio, queda de raio, explosão, danos elétricos, e de responsabilidade civil por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Vigência até outubro de 2025.

	2024	2023
Cobertura de seguro para:		
Danos materiais		
Incêndio, queda de raio e explosão.....	129.174	129.072
Danos elétricos.....	17.285	17.395
Lucros cessantes (período indenitário 6 meses)		
Incêndio, queda de raio e explosão.....	188.984	190.187
Danos elétricos.....	188.984	190.187
Responsabilidade civil.....	5.278	5.312

27. Reconciliação entre BR GAAP e US GAAP: A reconciliação entre o BR GAAP e o US GAAP do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e do lucro líquido para os anos então encerrados é a seguinte:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Saldos no BR GAAP	289.050	112.441	280.735	103.094
Ativos de benefícios pós-aposentadoria dos empregados	-	-	-	-
Impostos de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes acima.....	-	-	-	-
Saldos no US GAAP.....	289.050	112.441	280.735	103.094

28. Eventos subsequentes

Não tivemos eventos subsequentes relevantes inerentes ao exercício social de 2024.

Conselho de Administração

Atif Nazir Janjua - Presidente
Antonio Vicente Silva de Castro - Vice-Presidente
Michael James Simmons - Conselheiro
Marcus Aurelius Valenti - Conselheiro

Conselho Fiscal

Sandro Costa - Presidente
Fábio Costa - Conselheiro
Rafael Cavretti Duarte de Oliveira - Conselheiro
Flávia Dias Pelosi - Conselheira

Diretoria

Luis Eduardo Valente Moreira - Diretor Superintendente
Rodrigo Coelho Pinto - Diretor
Paulo Saturnino de Moraes - Gerente de Controladoria e Finanças
André Laurentino de Meireles - Contador: CRC-RJ 084437/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da FÁBRICA CARIOCA DE CATALISADORES S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda, datado de 28 de fevereiro de 2025, sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral dos Acionistas. Rio de Janeiro, 20 de março de 2025. Sandro Costa - Presidente; Flávia Dias Pelosi - Conselheira; Rafael Cavretti Duarte de Oliveira - Conselheiro; Fábio Costa - Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas da **Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidadas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar

operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos

controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2025. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-015199/F Felipe Sant' Anna Vergete Contador CRC 106842/O-6



Building a better workin' world